

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas
número 31

Setor e Emprego Informal no Brasil

Análise dos resultados da nova série do Sistema
de Contas Nacionais

João Hallak Neto
Katia Namir
Luciene Kozovits
Sandra Rosa Pereira

Rio de Janeiro
2008

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-6661 **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-4024-5

© IBGE. 2008

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2008.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Setor e emprego informal no Brasil : análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais / João Hallak Neto ... [et al.]. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2008.

25 p. - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 31)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-240-4024-5

1. Setor informal (Economia) – Brasil. 2. Contas nacionais – Brasil. 3. Brasil – Ocupações. I. Hallak Neto, João. II. IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 331.526.8(81)
RJ/2008-17 ECO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação.....	5
Introdução.....	7
A concepção do setor informal e sua relação com o emprego informal.....	8
Setor e emprego no Sistema de Contas Nacionais do Brasil.....	12
Resultados.....	13
Considerações finais.....	18
Referências Bibliográficas.....	19
Anexo.....	21

Apresentação

A importância da informalidade particularmente nas economias menos desenvolvidas tem promovido debates mais freqüentes tanto sobre o emprego quanto sobre o setor informal. No entanto, a ausência de um consenso sobre o significado e o alcance exatos destes conceitos bem como de estudos sobre a interação entre eles caracterizam esta área de estudo. Com o objetivo de contribuir para a redução desta lacuna, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE nesta publicação pretende retratar o setor informal brasileiro à luz das novas possibilidades de análise a partir dos números resultantes da nova série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. O estudo teve como base a discussão acerca das diferenças conceituais entre setor de produção e emprego informal, tomando por base os principais aspectos metodológicos no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Roberto Luis Olinto Ramos
Coordenação de Contas Nacionais

Introdução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou, em março de 2007, os resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) - referência 2000. A principal alteração em relação à série até então vigente foi a introdução de novas fontes estatísticas como as pesquisas econômicas anuais do IBGE, nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e a Pesquisa de Economia Informal Urbana de 2003 (Ecinf). Também passaram a integrar a base de dados do sistema as informações anuais de outras instituições, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) obtidas pela Secretaria da Receita Federal e os balanços fornecidos pelas Agências Reguladoras. Este conjunto de informações reforça a qualidade do SCN também para os anos correntes pois possibilita a existência de marcos estruturais anuais para seus resultados.

Outra consideração a respeito das mudanças incorporadas ao SCN refere-se à atualização de conceitos e definições em conformidade com as últimas recomendações dos organismos internacionais.¹ A introdução de novas fontes de dados e as alterações metodológicas no SCN do Brasil permitiram o maior detalhamento dos componentes do Produto Interno Bruto (PIB) tanto pela ótica de bens e serviços produzidos pelas atividades econômicas, quanto da repartição e distribuição da renda pelos setores institucionais.

Os avanços obtidos na mensuração do setor institucional famílias, com a identificação e a desagregação das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias e a transferência da agricultura empresarial para empresas não financeiras tornaram possível aperfeiçoar a análise do setor como um todo, e de suas subdivisões, em particular, o setor informal.

¹ Como exemplos podem ser citadas a reclassificação de alguns impostos, a modificação do índice de volume da Administração pública, a mudança de âmbito e do índice de volume para o Setor financeiro e a contabilização do número de ocupações em vez de pessoas ocupadas para a mensuração do fator trabalho. Detalhes sobre as revisões específicas na nova série do SCN encontram-se nas 25 notas metodológicas disponíveis no site do IBGE:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/default_SCN.shtm

O objetivo central deste texto é retratar o setor informal brasileiro à luz das novas possibilidades de análise a partir dos números resultantes desta revisão de série. A discussão sobre as diferenças conceituais entre setor de produção e emprego informal, tomando por base os principais aspectos metodológicos no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), também é destacada no trabalho.

Deste modo são apresentados os resultados referentes à geração de valor adicionado e ao número de ocupações por setor produtivo e tipo de emprego para o Brasil, no período recente. A base de dados utilizada foi a nova série do SCN, cujo ano de referência é 2000 e os dados disponíveis compreendem os anos de 2000 a 2005.

O estudo está dividido em quatro seções além da introdução. A primeira seção enfoca a concepção teórica do setor informal e do emprego informal no âmbito das discussões na OIT desde a década de 1970. A seguir, uma breve descrição dos conceitos de setor e emprego adotados pelo SCN do Brasil é apresentada de modo a fundamentar a análise dos resultados apresentada na seção 3. As considerações finais constam da última seção.

A concepção do setor informal e sua relação com o emprego informal

O termo setor informal foi inicialmente identificado nos estudos voltados para o Programa Mundial de Emprego realizados pela OIT já no início dos anos setenta. O relatório sobre emprego, renda e igualdade para o Quênia tornou-se um marco para a discussão sobre o conceito de setor informal e teve grande influência sobre trabalhos realizados posteriormente pela OIT em países africanos e asiáticos (ILO, 1972). O debate prosseguiu com os trabalhos para o Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe e outras missões, sendo que a partir deste marco uma vasta produção técnica e acadêmica passou a destacar o tema (Cacciamali, 1983).

O relatório sobre emprego para o Quênia foi pioneiro ao reconhecer o setor informal como uma fonte de oportunidades de trabalho e rendimento para um grande número de pessoas, a despeito de ser considerado freqüentemente como improdutivo e estagnado e de não obter o apoio governamental que é dedicado a diversas firmas do setor formal. Levando em consideração estes aspectos, o relatório propõe uma atitude positiva do governo no sentido de promover políticas públicas direcionadas a este setor². Assim, a expressão setor informal esteve pela primeira vez vinculada ao modo de organização da unidade produtiva em um programa que tinha entre seus principais objetivos a “proposta de estudos sobre

² A este respeito, ver as recomendações para o alcance desta meta em ILO (1972).

estratégias de desenvolvimento econômico que observassem como variável chave a criação de empregos, ao invés do crescimento rápido do produto” (Cacciamali, 1983).

Os objetivos e características diferenciados de cada país contribuíram para que não houvesse concordância quanto ao conceito de economia informal. De acordo com Rocha (1989), este fato permitiu o desenvolvimento de outras abordagens ao longo dos anos setenta, como a de estrutura produtiva e a de mercado de trabalho. Cacciamalli (2000) avança ao reconhecer que a utilização do termo setor informal para representar proprietários e trabalhadores de micro ou pequenas unidades produtivas com relações de trabalho e capital precariamente delimitadas também admitiu múltiplas abordagens e diferentes objetos de estudos como, microempresas e ocupações por conta própria, entre outros.

Sob a perspectiva da estrutura produtiva existem duas noções diferentes de setor informal. A primeira “parte da concepção da empresa em relação à estrutura legal e administrativa e assume que existe uma relação intrínseca entre o não-registro e a noção de informalidade” (OCDE, 2002). A segunda, reconhece o setor informal como uma maneira particular de produção e o define quanto à forma em que os empreendimentos estão organizados e executam suas atividades, assegurando que o setor informal não é o setor não registrado e admitindo o não-registro como uma característica do setor informal e não como um critério para defini-lo (OCDE, 2002).

Em 1993, durante a 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), a OIT adotou uma definição internacional de setor informal a partir do funcionamento e da organização das unidades produtivas. A Resolução sobre Estatísticas de Emprego no Setor Informal (OIT, 1993) recomendou que países onde este setor cumprisse um papel importante, como fonte de emprego e renda e como fator de desenvolvimento econômico e social, deveriam estabelecer um sistema de informações de emprego no setor informal que pudesse aperfeiçoar as estatísticas do trabalho e da contabilidade nacional.

Cabe destacar que a questão do emprego nesta resolução limitou-se a sua alocação no setor produtivo. Assim, o emprego no setor informal refere-se às pessoas que estavam ocupadas em unidades produtivas daquele setor. A resolução ratifica a definição de setor informal visto como um conjunto de unidades produtivas não-agrícolas com características semelhantes, conforme a descrição abaixo:

O setor informal pode ser caracterizado de forma geral, como um conjunto de unidades não agrícolas envolvidas na produção de bens ou serviços com o objetivo principal de geração de emprego e rendimento para os indivíduos envolvidos. Estas unidades operam geralmente com baixo nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção e a uma escala reduzida. As relações de trabalho – quando existem – baseiam-se a maior parte das vezes no emprego ocasional, no parentesco e nas relações pessoais e sociais, mais do que em acordos contratuais com garantias formais (OIT, 1993).

Além disso, a resolução incorporou a conceituação do setor informal como parte do setor institucional famílias no SCN e classificou as unidades produtivas do setor informal em dois componentes. O primeiro compreende os empreendimentos informais de pessoas que trabalham por conta própria. O segundo refere-se aos empreendimentos informais dos empregadores³. Subseqüentemente, este documento da OIT foi inserido no manual internacional de contas nacionais – System of National Accounts, publicado em 1993 (SNA-93) – no capítulo 4, sobre unidades e setores institucionais. A inclusão da definição de setor informal no SNA-93, segundo Hussmanns (2004), “foi considerada essencial porque tornou possível identificar separadamente o setor informal nas contas nacionais e, portanto, quantificar a contribuição deste setor no Produto Interno Bruto”.

Esta definição de setor informal da 15ª CIET admitiu as duas dimensões consideradas na abordagem da estrutura produtiva, ao permitir que tanto o não-registro quanto o tamanho do empreendimento pudessem ser utilizados como critério para distinguir os empreendimentos do setor informal dos demais.

Quanto às questões relacionadas especificamente ao mercado de trabalho, a resolução da OIT de 1993, ao se limitar ao emprego no setor informal, trouxe novas discussões a respeito da construção de uma categoria analítica para o tema da informalidade no mercado de trabalho⁴. No Brasil, por exemplo, Ramos (2001) explorou a evolução do mercado de trabalho no período entre 1991 e 2001, apresentando um indicador denominado grau de informalidade para designar a proporção dos trabalhadores que são empregados sem carteira de trabalho assinada ou trabalhadores por conta própria sobre o total dos trabalhadores em seis regiões metropolitanas brasileiras. Já Menezes-Filho, Mendes e Almeida (2004) ao investigarem os diferenciais de salários entre os setores formal e informal consideram como critério para definir estes setores a contribuição à previdência ou a carteira de trabalho assinada. Saboia (2004) também utiliza uma definição semelhante para uma análise regional da população ocupada informal com base no Censo Demográfico 2000.

Em 2003, durante a 17ª CIET, a OIT divulgou novas diretrizes que complementaram a resolução de 1993 sobre emprego no setor informal, com a inclusão da concepção de economia informal e a adoção de uma definição para o emprego informal. Desta forma, mais uma vez ficou estabelecido que quando se trata do setor informal parte-se da perspectiva de unidade produtiva, enquanto que o emprego informal está associado a postos de trabalho.

Segundo a 17ª CIET, as modalidades de inserção no trabalho que se constituem em emprego informal são: trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de

³ Tais empreendimentos são unidades produtivas familiares que pertencem e são geridas por empregadores individuais ou em associação com outros membros e que empregam um ou mais trabalhadores de forma contínua. As unidades produtivas familiares, por seu turno, são reconhecidas pelo Sistema de Contas Nacionais como unidades distintas das empresas, que se ocupam da produção de bens ou serviços e que não se constituem como entidades jurídicas distintas e independentes dos agregados familiares ou de seus proprietários (OIT, 1993).

⁴ Ver a respeito: Mata Greenwood (2002) e Hussmanns (2004).

unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e assalariados (se a relação de trabalho não está sujeita à legislação trabalhista nacional e à proteção social), membros de cooperativas de produtores informais e, trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso.

A definição do trabalho informal apresentada pela 17ª CIET representa um considerável avanço na medida em que passa a contemplar como emprego informal todas as modalidades de inserção no trabalho acima descritas, independentemente da unidade de produção em que se encontrem, seja ela, formal, informal ou outras unidades familiares (OIT, 2003). A Matriz de Emprego, proposta pela OIT e apresentada a seguir, ilustra as possibilidades de emprego nos setores e a sua classificação como emprego formal ou informal.

FIGURA 1: Matriz de emprego proposta pela 17ª CIET

Unidades produtivas (por tipo)	Trabalhadores por conta própria		Empregadores		Trabalhadores em ajuda à membro da família	Empregados		Membros de cooperativas produtivas	
	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Informal	Formal	Informal	Formal
Unidades do setor formal					1	2			
Unidades do setor informal*	3		4		5	6		8	
Outras unidades familiares **	9					10			
(*) Excluindo famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados. (**) Famílias produzindo bens exclusivamente para seu próprio uso final e famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados.									
Células de 1 a 6 e 8 a 10: emprego informal; Células de 3 a 8: emprego no setor informal; Células 1, 2, 9 e 10: emprego informal fora setor informal; Células hachuradas: emprego formal; Células em cinza: empregos que não existem na unidade produtiva.									

Fonte: Hussmanns, Ralf (2004), "Statistical definition of informal employment: Guidelines endorsed by the Seventeenth International Conference of Labour Statistics (2003)

Deste modo, de acordo com as determinações da 17ª CIET, o emprego no setor informal compreenderia as situações representadas nas células numeradas de 3 a 8, ou seja, na linha correspondente às unidades do setor informal. O emprego informal, por sua vez, abarcaria as células de 3 a 6 e 8, e também as células 1, 2, 9 e 10, que representam modalidades de trabalho informal em outras unidades produtivas que não as informais.

Setor e emprego no Sistema de Contas Nacionais do Brasil

A metodologia adotada pelo Sistema de Contas Nacionais do Brasil incorpora as recomendações internacionais tanto no que diz respeito ao cálculo da produção por setor quanto o de emprego. A classificação de setor relaciona-se à forma de organização da unidade de produção. A abordagem sobre o emprego, por sua vez, refere-se à qualificação do vínculo empregatício ou da ocupação do trabalhador.

A obtenção do valor adicionado segundo os setores de produção (formal, informal e de outras unidades familiares) tem como base a classificação por setor institucional. O SNA-93 define unidades institucionais como unidades capazes de possuir bens e ativos, de contrair responsabilidades e de se envolver em atividades econômicas e operações com outras unidades, por direito próprio. Para fins do SCN, tais unidades são organizadas em cinco grandes setores institucionais: empresas não financeiras, empresas financeiras, instituições sem fins de lucro a serviço da família, administrações públicas e famílias.

Os quatro primeiros setores institucionais são entidades jurídicas ou sociais específicas cuja existência é reconhecida pela lei. No Brasil, as unidades que compõem estes setores institucionais possuem inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e constituem o setor formal da economia.

O setor institucional famílias abrange as famílias enquanto unidades de consumo e as famílias produtoras. O SNA-93 define família como um pequeno grupo de indivíduos que partilham o mesmo domicílio e reúnem parte, ou a totalidade, do seu rendimento e patrimônio, consumindo coletivamente certos tipos de bens e serviços, principalmente de habitação e alimentação. O setor inclui as unidades produtivas que não são formalmente constituídas e os trabalhadores autônomos. Também contribuem para a produção do setor institucional famílias a agricultura familiar, o aluguel imputado aos imóveis residenciais ocupados por seus proprietários, o aluguel efetivo recebido por pessoas físicas e o serviço doméstico remunerado.

Conforme mencionado na seção anterior a definição da OIT para o setor informal da economia corresponde ao subgrupo do setor institucional famílias onde são classificadas as unidades produtivas não agrícolas que se caracterizam por um baixo nível de organização e por não possuírem uma clara divisão entre trabalho e capital enquanto fatores produtivos, e cuja produção é destinada ao mercado. As demais unidades familiares produtoras - que desenvolvem atividades de agricultura mercantil ou para o próprio consumo, aluguel efetivo e imputado e serviço doméstico remunerado - complementam o setor institucional famílias serão agrupadas neste trabalho em outro subgrupo denominado "outras unidades familiares". Este possui as mesmas características do setor informal com a distinção de que a sua produção não-agrícola não seja voltada prioritariamente ao mercado, mas sim ao uso

próprio, ou, para o caso do aluguel efetivo, que a produção seja um rendimento exclusivamente de capital.

No que se refere ao emprego, o SCN admite o conceito de ocupações ou postos de trabalho, definidos como contratos (explícitos ou implícitos) entre um indivíduo e uma unidade produtiva, para a prestação de trabalho em contrapartida de uma remuneração (ou rendimento misto) por um período definido (SNA, 1993). Ter uma ocupação ou emprego, para uma pessoa ativa, consiste em ocupar um posto de trabalho em uma unidade de produção. Uma mesma pessoa pode ter mais de uma ocupação, uma das quais é considerada a principal. Cada emprego ou ocupação está associado à uma categoria ocupacional ou tipo de inserção no mercado de trabalho.

O SCN divulga resultados de emprego desagregados em ocupações com vínculo formal e sem vínculo formal. As ocupações com vínculo reúnem os assalariados com carteira de trabalho assinada, os militares, os funcionários públicos estatutários e os empregadores de empresas formais, isto é, constituídas em sociedade. As ocupações sem vínculo formal incluem os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores autônomos. Estes últimos, por sua vez, agregam os trabalhadores por conta própria, os empregadores informais e os trabalhadores não-remunerados.

Tendo como base as novas diretrizes adotadas pela OIT na 17ª CIET, o SCN considera que o emprego seja ele formal ou informal pode se inserir nos diferentes setores de produção. De fato, conforme a figura 1 – matriz de emprego proposta pela 17ª CIET, observando-se os resultados constata-se que o setor informal no SCN registra, além dos empregos informais (trabalhadores por conta própria, empregadores informais, trabalhadores não-remunerados e empregados sem carteira – correspondentes às células 3, 4, 5 e 6), o emprego formal (empregados com carteira de unidades não constituídas formalmente – célula 7). Por outro lado, diferentes categorias de emprego informal também são encontradas tanto no setor formal quanto nas outras unidades familiares.

Sob o marco conceitual abordado, a seguir são apresentados os resultados relativos aos setores de produção e ao tipo de emprego para a economia brasileira, tomando por base as informações da nova série do Sistema de Contas Nacionais.

Resultados

Esta seção apresenta os resultados do valor adicionado desagregados pelos setores produtivos propostos neste estudo — formal, informal e outras unidades familiares, bem como a composição do trabalho no Brasil nos anos recentes. Os agregados selecionados foram obtidos a partir do SCN, que permite calcular a contribuição do setor informal no valor

bruto da produção (VBP) e no valor adicionado bruto (VAB)⁵ relativamente a de outros setores da economia bem como o emprego por tipo de inserção no mercado de trabalho. A aferição do emprego informal também poderia ser obtida por intermédio de outras fontes como as pesquisas domiciliares. Entretanto, o uso do SCN, além de apresentar uma série com periodicidade anual e cobertura geográfica nacional, viabiliza o cruzamento dos dados relativos ao setor e ao tipo de emprego, conforme a recomendação da OIT.⁶

A análise do setor informal da economia brasileira *vis à vis* os demais setores selecionados foi realizada considerando-se o período entre 2000 e 2005. A evolução destes três setores indica que desde o início da nova série do SCN existe uma tendência de redução da proporção tanto do setor informal quanto de outras unidades familiares no valor adicionado da economia (tabela 1). Tais setores, que representavam respectivamente 12,7% e 14,5% do valor adicionado em 2000, reduziram-se para 10,1% e 12,3%, em 2005. Como conseqüência, no mesmo período, houve crescimento da parcela do setor formal no valor adicionado, que passou de 72,8% para 77,6%. Estímulos para o aumento da formalização, como a expansão do crédito para micro e pequenas empresas formais e medidas de simplificação e redução de impostos para os pequenos empreendimentos contribuíram para este resultado. De outro lado, a perda de peso do valor da atividade de aluguel, causada fundamentalmente pela redução de seus preços no período, determinou a redução do setor outras unidades familiares na geração do valor adicionado.⁷

Tabela 1: Valor adicionado por setor de produção: valor absoluto e composição percentual – 2000 a 2005

	Formal		Informal		Outras unidades familiares		Total	
	R\$ milhões	(%)	R\$ milhões	(%)	R\$ milhões	(%)	R\$ milhões	(%)
2000	744.169	72,8	129.543	12,7	147.936	14,5	1.021.648	100,0
2001	827.406	74,0	133.406	11,9	157.801	14,1	1.118.613	100,0
2002	947.905	74,5	148.972	11,7	176.252	13,8	1.273.129	100,0
2003	1.112.618	75,7	157.332	10,7	200.664	13,6	1.470.614	100,0
2004	1.283.453	77,0	167.387	10,0	215.418	12,9	1.666.258	100,0
2005	1.429.646	77,6	186.363	10,1	226.244	12,3	1.842.253	100,0

Fonte: Sistema de Contas Nacionais, IBGE.

⁵ Como valor adicionado, entende-se o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no processo produtivo. A soma dos valores adicionados mais os impostos sobre produtos equivale ao PIB da economia.

⁶ A Pesquisa de Economia Informal (Ecinf) do IBGE que tem como objetivo delimitar o âmbito do setor informal, utilizando como ponto de partida a unidade de produção é realizada de 5 em 5 anos apenas para a região urbana do país. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) fornece dados de ocupação (emprego formal ou informal); contudo, não permite a associação desses dados às unidades de produção.

⁷ As tabelas 10, 11 e 12 da publicação do IBGE: SCN 2004-2005 (IBGE,2007), reproduzidas em anexo como A1, A2 e A3, detalham respectivamente a participação, a variação de volume e a variação de preço do valor adicionado para 55 atividades do SCN.

A tabela 2 reúne as estatísticas de trabalho por tipo de inserção no mesmo período. As categorias de assalariados com carteira assinada, militares, funcionários públicos estatutários e empregadores de empresas formais estão agregadas na ocupação com vínculo formal⁸. A estimativa de trabalho informal, constitui-se do agrupamento dos resultados de assalariados sem carteira assinada e dos trabalhadores autônomos, estes últimos compostos de trabalhadores por conta própria, empregadores informais e trabalhadores não-remunerados.

Tabela 2: Ocupação por tipo de inserção no trabalho: com vínculo *versus* sem vínculo formal – 2000 a 2005

	com vínculo formal		sem vínculo formal				Total	
	milhares	(%)	sem carteira		autônomo		milhares	(%)
			milhares	(%)	milhares	(%)		
2000	30.128	38,2	18.633	23,6	30.211	38,3	78.972	100,0
2001	31.864	40,1	18.478	23,2	29.211	36,7	79.552	100,0
2002	32.931	39,9	19.275	23,3	30.423	36,8	82.629	100,0
2003	34.104	40,6	19.028	22,6	30.904	36,8	84.036	100,0
2004	35.965	40,8	20.402	23,1	31.886	36,1	88.252	100,0
2005	37.436	41,2	20.548	22,6	32.922	36,2	90.906	100,0

Fonte: Sistema de Contas Nacionais, IBGE.

Os dados mostram que o total de ocupações elevou-se em 11,9 milhões (de 79,0 milhões para 90,9 milhões) ao longo dos seis anos da série, o que equivale a um aumento de 15,1%. Este crescimento da ocupação apresentou comportamento diferenciado entre as categorias, sobretudo nos anos finais da série, quando o emprego formal obteve um ganho de participação em relação ao informal, isto é, frente às ocupações sem vínculo e de autônomos. Com efeito, entre 2000 e 2005 o crescimento apurado para o emprego formal foi de 24,2%, enquanto a expansão do emprego informal, 9,5%. Esta crescente formalização no mercado de trabalho nos anos recentes reverteu o movimento anterior de deterioração da qualidade do trabalho, percebido pelo considerável aumento da participação das formas de inserção mais precárias - assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria, característico da década de 1990.⁹

⁸ A tabela 14 da publicação do IBGE: SCN 2004-2005 (IBGE, 2007), reproduzida em anexo como A4, mostra o total de ocupações por tipo de inserção no mercado de trabalho segundo 12 setores de atividades.

⁹ Segundo Dieese (2001), a década de 1990 foi marcada pela redução dos postos de trabalhos formais, pela desvalorização da renda do trabalhador e pela significativa queda do poder de negociação dos sindicatos.

A trajetória ascendente assumida pelo emprego formal sobretudo a partir de 2003, igualmente identificada em pesquisas voltadas para o mercado de trabalho, está associada ao aumento relativo da contratação de mão-de-obra assalariada com carteira assinada em correspondência com a evolução da atividade econômica.¹⁰

Os resultados de valor adicionado e de emprego segundo os setores produtivos são apresentados na tabela 3. O exame simultâneo destes dados indica que o setor informal contribuiu com 10,1% do valor adicionado e respondeu pelo uso de 27,5% do total de ocupações da economia, evidenciando a sua relevância em termos de absorção de mão-de-obra, característica comum dos países em desenvolvimento. Este padrão comparativo entre as variáveis é repetido no setor outras unidades familiares, cuja participação no valor adicionado foi 12,3% e na ocupação, 23,0%. Coube ao setor formal, que apresentou um peso bem mais significativo na geração do valor adicionado total (77,6%), a utilização de cerca da metade dos postos de trabalho existentes no país.

Tabela 3: Valor adicionado e ocupação segundo o setor de produção – 2005

Setor de produção	Valor adicionado (1)		Ocupações (2)		(1) / (2)
	R\$ milhões	(%)	em milhares	(%)	R\$ mil/ocupação
formal	1.429.646	77,6	44.971	49,5	31,8
informal	186.363	10,1	25.005	27,5	7,5
outras unidades familiares*	226.244	12,3	20.930	23,0	10,8
total	1.842.253	100,0	90.906	100,0	20,3

* Inclui agropecuária, aluguel, produção para o próprio uso e serviço doméstico remunerado.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais, IBGE.

A explicação para expressiva participação do setor formal no valor adicionado com menor utilização em termos relativos de postos de trabalho está relacionada à predominância de fatores - capital e trabalho - mais produtivos nestas unidades. Isto porque as atividades industriais mais dinâmicas, tais como extrativa mineral, indústria química, siderurgia e serviços industriais de utilidade pública, estão totalmente ou em sua maior parte inseridas naquele setor. A distribuição do valor adicionado pelo número de ocupações, uma opção de indicador de produtividade (terceira coluna da tabela 3), mostra que o resultado do setor formal supera em mais de quatro vezes o do setor informal (R\$31,8 mil contra R\$7,5 mil por ocupação, em 2005).

¹⁰ A expansão do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) entre 2000 e 2005 foi de 29,7%. Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) o número de ocupados no trabalho principal nas categorias de empregados com carteira de trabalho assinada e militares e estatutários cresceu 19,9% entre 2001 e 2005. Cardoso Jr. (2007) atribui este crescimento recente da ocupação formal à mudança da política cambial em 1999 e o relaciona à necessidade de se repensar a discussão sobre o financiamento do sistema previdenciário brasileiro.

A tabela 4, a seguir, corresponde a uma simplificação da matriz de emprego proposta pela 17ª CIET, apresentada na seção 1 deste estudo, que permite uma melhor visualização das relações entre as variáveis e consiste em um interessante recurso para a compreensão das diferenças de abordagem por setor e emprego. O cruzamento adotado ocorre entre os três setores de produção e as duas categorias ocupacionais, com vínculo e sem vínculo formal, esta última agregando as ocupações sem carteira e de autônomos.

Tabela 4: Distribuição da ocupação por tipo de inserção segundo os setores de produção SCN – 2005

Setor de produção	com vínculo formal		sem vínculo formal		total	
	em milhares	(%)	em milhares	(%)	em milhares	(%)
formal	34.795	77,4	10.175	22,6	44.971	100,0
informal	539	2,2	24.465	97,8	25.005	100,0
outras unidades familiares*	2.102	10,0	18.828	90,0	20.930	100,0
total	37.436	41,2	53.469	58,8	90.906	100,0

* Inclui agropecuária, aluguel, produção para o próprio uso e serviço doméstico remunerado.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais, IBGE.

Os dados da última linha da tabela 4 evidenciam que do total de 90 milhões de ocupações, em 2005, 41,2% eram formais e 58,8% informais. A desagregação destas categorias ocupacionais entre os setores de produção revelou que a quase totalidade dos 25 milhões de empregos do setor informal (97,8%) não possuíam o vínculo formal de trabalho.¹¹ Note-se que da totalidade de empregos no setor informal, somente 2,2% apresentaram o vínculo formal. Esta reduzida parcela é representada pelo contingente de empregados com carteira assinada, obtido a partir do Cadastro Específico do Instituto Nacional de Seguro Social, que permite ao empregador a contratação formal de empregados e o recolhimento de contribuições sociais sem que seja necessário se constituir formalmente uma empresa. O grupo é composto em grande parte por trabalhadores das atividades de condomínio predial, construção e de atividades relacionadas à saúde.

Diferentemente do setor informal, onde a absoluta maioria de trabalhadores tradicionalmente insere-se em ocupações informais, a distribuição do emprego no setor formal assinalou proporções distintas. Neste setor, 22,6% dos empregos eram informais, e em sua maioria, constituíram-se de trabalho sem carteira assinada e de uma pequena parcela de trabalho não-remunerado. As demais categorias – trabalhadores por conta própria e empregadores informais – exercem atividades em empreendimentos do setor informal ou de outras unidades familiares.

¹¹ A maioria destas ocupações fazem parte das atividades de construção, comércio e transporte rodoviário. IBGE (2007).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal analisar o setor informal brasileiro utilizando como referência a nova série do SCN. Discutiu-se também as diferenças entre setor de produção e emprego, a partir das abordagens conceituais e metodológicas no âmbito da OIT. Entende-se que a classificação de setor está voltada para a forma de organização das unidades produtivas do sistema enquanto o conceito de emprego refere-se ao tipo de vínculo empregatício do trabalhador. A compreensão destas distinções conceituais viabilizou o dimensionamento destes agregados para o país a partir da base de dados do Sistema de Contas Nacionais no período entre 2000 e 2005.

Os resultados anuais da participação do setor informal no valor adicionado foram comparados com os obtidos para o setor formal da economia e para o restante do setor institucional famílias, aqui denominado outras unidades familiares. Os dados de emprego, por sua vez, foram desagregados por tipo de inserção no mercado de trabalho no mesmo período. As relações entre setores de produção e emprego, no entanto, foram apresentadas apenas para o último ano disponível (2005), a partir do modelo de matriz de emprego proposto pela OIT, tendo em vista a ausência de mudanças significativas em sua composição ao longo da série.

Concluiu-se primeiramente que, ao longo da série, o setor informal teve uma perda gradual de participação no valor adicionado da economia, passando de 12,7% para 10,1% entre 2000 e 2005. O movimento inverso foi observado para o setor formal, que passou a ter presença mais expressiva no mesmo período (de 72,8% para 77,6% do VAB).

Do ponto de vista do emprego, confirmou-se o avanço da formalização no mercado de trabalho em detrimento das ocupações sem vínculo formal. Os resultados mostraram que foram criados mais de 7 milhões de postos de trabalho com o vínculo formal entre 2000 e 2005, elevando de 38,2% para 41,2% a proporção desta categoria no total de ocupações.

A análise das relações entre produção e emprego segundo os setores selecionados para o ano de 2005, como esperado, mostrou a reduzida eficiência do trabalho no setor informal, em virtude de sua pequena contribuição na geração do valor adicionado (10,1%) em relação ao significativo número de ocupações (25 milhões), ou seja, 27,5% dos postos de trabalho do país. Verificou-se ainda que 97,8% do total de empregos do setor informal é composto por assalariados sem carteira ou autônomos (ocupações informais). De outro lado, o setor formal, que responde por cerca de 45 milhões de postos de trabalho, apresentou uma distribuição do emprego por tipo de inserção menos concentrada, registrando uma frequência expressiva de emprego informal, equivalente a 10,2 milhões, ou 22,6% dos empregos no setor.

Referências Bibliográficas

- CACCIAMALI, M. C. (1983). Setor informal urbano e formais de participação na produção. São Paulo, USP/IPE/FEA (Tese de doutorado).
- CACCIAMALI, M. C. (2000). Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade, Campinas, (14): 153-174, jun, 2000.
- CARDOSO Jr., J. C. (2007). De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Texto para Discussão, nº 1310, IPEA, Brasília, nov.
- DIEESE (2001). Mercado de trabalho no Brasil. In: A situação do trabalho no Brasil. São Paulo.
- HUSSMANNNS, R. (2001). Informal sector and informal employment: elements of a conceptual framework; Paper presented at the Fifth Meeting of the Expert Group on Informal Sector Statistics (Delhi Group), New Delhi, 19-21 September.
- HUSSMANNNS, R. (2004). Measuring the informal economy: from employment in the informal sector to informal employment. Working paper n 53. Geneva.
- IBGE (2006). Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE. Nota metodológica nº 8: Setores institucionais. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/default_SCN.shtm
- IBGE (2006). Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE. Nota metodológica nº 23: Expansão da Produção. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/default_SCN.shtm
- IBGE (2007). Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2004-2005 / IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro.
- ILO (1972). Employment, incomes and equality in Kenya. International Labour Office, Geneva.
- ILO (2000). Resolution concerning statistics of employment in the informal sector, adopted by the Fifteenth International Conference of Labour Statisticians (January 1993); in: Current International Recommendations on Labour Statistics, 2000 Edition; International Labour Office, Geneva.

- ILO (2002). *Decent Work and the Informal Economy*; Report of the Director-General; International Labour Conference, 90th Session; Report VI; International Labour Office, Geneva.
- ILO (2003). Guidelines concerning a statistical definition of informal employment, endorsed by the Seventeenth International Conference of Labour Statisticians (November-December 2003) in: Seventeenth International Conference of Labour Statisticians (Geneva, 24 November - 3 December 2003), Report of the Conference.
- ONU (2007). *System of National Accounts 1993 [SNA-93]. Rev. 4*. New York: United Nations. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>
- MATA-GREENWOOD, A. & HOFFMANN, E. (2002). Developing a conceptual framework for a typology of atypical forms of employment: Outline of a strategy; Invited paper prepared for the Joint UNECE-Eurostat-ILO Seminar on Measurement of the Quality of Employment, Geneva, 27-29 May.
- MENEZES FILHO, N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. (2004). O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? *Revista Brasileira de Economia*, vol. 58, nº 2. Rio de Janeiro, Abril-Junho de 2004.
- SABOIA, J.; SABOIA, A. L. (2004). Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000. In: *Política Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades*, Brasília. Trabalho Decente. Brasília : OIT, 2004. v. 1.

Anexo

Tabela A1: Participação no valor adicionado a preços básicos, segundo as classes e atividades - 2001-2005

Classes e atividades		Participação no valor adicionado a preços básicos (%)				
		2001	2002	2003	2004	2005
Valor adicionado bruto		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária		6,0	6,6	7,4	6,9	5,7
0101	Agricultura, silvicultura, exploração florestal	4,0	4,6	5,3	4,9	3,8
0102	Pecuária e pesca	2,0	2,0	2,1	2,0	1,9
Indústria		26,9	27,1	27,8	30,1	29,3
0201	Petróleo e gás natural	0,9	1,0	1,1	1,1	1,6
0202	Minério de ferro	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6
0203	Outros da indústria extrativa	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
0301	Alimentos e bebidas	2,6	2,5	2,6	2,9	2,8
0302	Produtos do fumo	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
0303	Têxteis	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7
0304	Artigos do vestuário e acessórios	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6
0305	Artefatos de couro e calçados	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
0306	Produtos de madeira - exclusive móveis	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4
0307	Celulose e produtos de papel	0,7	0,6	0,8	0,8	0,6
0308	Jornais, revistas, discos	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
0309	Refino de petróleo e coque	0,4	0,3	1,1	0,6	0,7
0310	Álcool	0,3	0,3	0,5	0,3	0,3
0311	Produtos químicos	0,8	0,6	0,7	0,8	0,6
0312	Fabricação de resina e elastômeros	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3
0313	Produtos farmacêuticos	0,7	0,6	0,6	0,6	0,7
0314	Defensivos agrícolas	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
0315	Perfumaria, higiene e limpeza	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3
0316	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
0317	Produtos e preparados químicos diversos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
0318	Artigos de borracha e plástico	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7
0319	Cimento	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1
0320	Outros produtos de minerais não-metálicos	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
0321	Fabricação de aço e derivados	0,6	0,7	0,8	1,4	1,1
0322	Metalurgia de metais não-ferrosos	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
0323	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	1,0	1,0	1,0	1,1	1,2
0324	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9
0325	Eletrodomésticos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
0326	Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
0327	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6
0328	Material eletrônico e equipamentos de comunicações	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3
0329	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
0330	Automóveis, camionetas e utilitários	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2
0331	Caminhões e ônibus	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
0332	Peças e acessórios para veículos automotores	0,6	0,6	0,5	0,7	0,8
0333	Outros equipamentos de transporte	0,4	0,5	0,4	0,3	0,3
0334	Móveis e produtos das indústrias diversas	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8
0401	Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,0	3,3	3,4	3,9	3,8
0501	Construção	5,3	5,3	4,7	5,1	4,9
Serviços		67,1	66,3	64,8	63,0	65,0
0601	Comércio	10,7	10,2	10,6	11,0	11,2
0701	Transporte, armazenagem e correio	5,0	4,8	4,7	4,7	5,0
0801	Serviços de informação	3,5	3,6	3,6	3,8	4,0
0901	Intermediação financeira e seguros	6,8	7,5	7,1	5,8	7,1
1001	Serviços imobiliários e aluguel	10,7	10,2	9,6	9,1	9,0
1101	Serviços de manutenção e reparação	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0
1102	Serviços de alojamento e alimentação	1,8	1,8	1,6	1,6	1,6
1103	Serviços prestados às empresas	4,4	4,4	4,5	4,5	4,6
1104	Educação mercantil	1,3	1,4	1,4	1,4	1,2
1105	Saúde mercantil	2,2	2,1	1,9	1,9	1,8
1106	Outros serviços	3,9	3,7	3,6	3,5	3,6
1201	Educação pública	3,7	3,8	3,6	3,2	3,3
1202	Saúde pública	1,7	1,9	1,8	1,8	1,8
1203	Administração pública e seguridade social	10,1	9,9	9,7	9,6	10,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela A2: Variação em volume do valor adicionado a preços básicos, segundo as classes e atividades - 2001-2005

Classes e atividades		Variação em volume do valor adicionado a preços básicos (%)				
		2001	2002	2003	2004	2005
Valor adicionado bruto		1,4	3,1	1,2	5,6	3,0
Agropecuária		6,1	6,6	5,8	2,3	0,3
0101	Agricultura, silvicultura, exploração florestal	7,8	8,6	6,9	2,4	(-) 0,5
0102	Pecuária e pesca	2,9	2,7	3,3	2,2	2,3
Indústria		(-) 0,6	2,1	1,3	7,9	2,1
0201	Petróleo e gás natural	5,5	16,5	3,9	(-) 1,9	11,7
0202	Minério de ferro	(-) 2,0	1,3	8,5	15,3	12,5
0203	Outros da indústria extrativa	(-) 4,7	4,8	2,3	13,4	(-) 3,8
0301	Alimentos e bebidas	7,8	5,9	(-) 0,0	4,9	0,4
0302	Produtos do fumo	(-) 6,1	30,4	(-) 5,3	19,9	(-) 0,1
0303	Têxteis	2,4	(-) 4,9	(-) 1,4	11,5	2,1
0304	Artigos do vestuário e acessórios	(-) 13,2	1,9	(-) 9,0	(-) 0,3	(-) 4,7
0305	Artefatos de couro e calçados	5,8	1,4	(-) 1,1	2,7	(-) 2,7
0306	Produtos de madeira - exclusive móveis	(-) 5,9	0,3	6,8	12,4	(-) 2,7
0307	Celulose e produtos de papel	8,6	(-) 1,4	8,2	13,6	7,1
0308	Jornais, revistas, discos	3,6	6,4	1,2	1,7	8,4
0309	Refino de petróleo e coque	27,3	(-) 16,6	(-) 1,1	(-) 2,0	(-) 0,7
0310	Alcool	(-) 3,7	7,8	17,3	(-) 5,9	3,1
0311	Produtos químicos	(-) 11,1	11,9	8,8	(-) 1,3	(-) 3,8
0312	Fabricação de resina e elastômeros	18,3	19,4	16,8	1,8	(-) 13,2
0313	Produtos farmacêuticos	(-) 0,6	(-) 0,2	(-) 2,2	3,5	12,6
0314	Defensivos agrícolas	(-) 6,0	11,2	14,4	6,7	10,5
0315	Perfumaria, higiene e limpeza	1,9	8,8	0,8	11,8	3,6
0316	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	(-) 25,8	(-) 0,5	3,3	10,3	3,5
0317	Produtos e preparados químicos diversos	(-) 22,1	(-) 1,6	(-) 0,6	15,1	2,1
0318	Artigos de borracha e plástico	(-) 6,5	(-) 3,7	(-) 3,5	9,9	3,0
0319	Cimento	(-) 1,6	(-) 1,3	(-) 6,7	12,6	9,4
0320	Outros produtos de minerais não-metálicos	(-) 2,9	0,5	4,1	8,0	(-) 0,2
0321	Fabricação de aço e derivados	(-) 1,5	2,3	2,5	10,3	(-) 3,3
0322	Meturgia de metais não-ferrosos	(-) 3,6	(-) 3,2	7,0	8,5	0,9
0323	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	12,5	(-) 2,8	1,5	15,9	(-) 0,3
0324	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	6,4	1,0	5,2	17,7	(-) 0,9
0325	Eletrodomésticos	(-) 16,9	7,8	3,7	13,1	(-) 4,6
0326	Máquinas para escritório e equipamentos de informática	(-) 41,7	10,9	19,3	63,5	11,1
0327	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3,0	(-) 8,0	1,7	14,4	5,6
0328	Material eletrônico e equipamentos de comunicações	(-) 32,7	2,7	(-) 1,9	7,0	4,9
0329	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	(-) 2,9	5,9	0,4	9,5	(-) 0,2
0330	Automóveis, camionetas e utilitários	13,6	1,5	5,7	21,5	14,2
0331	Caminhões e ônibus	0,7	(-) 2,9	21,3	46,7	14,1
0332	Peças e acessórios para veículos automotores	0,1	2,0	5,1	24,7	(-) 0,6
0333	Outros equipamentos de transporte	19,0	18,9	3,7	4,4	3,2
0334	Móveis e produtos das indústrias diversas	(-) 1,6	3,7	(-) 5,5	10,4	1,0
0401	Eleticidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	(-) 6,2	2,9	4,0	8,4	3,0
0501	Construção	(-) 2,1	(-) 2,2	(-) 3,3	6,6	1,8
Serviços		1,9	3,2	0,8	5,0	3,7
0601	Comércio	(-) 0,0	(-) 0,0	(-) 0,5	7,5	3,5
0701	Transporte, armazenagem e correio	2,4	2,8	(-) 3,1	5,9	3,5
0801	Serviços de informação	5,3	5,0	4,4	5,5	4,0
0901	Intermediação financeira e seguros	1,2	2,3	(-) 4,8	3,7	5,3
1001	Serviços imobiliários e aluguel	4,5	4,4	3,4	3,9	4,7
1101	Serviços de manutenção e reparação	(-) 3,9	(-) 1,8	2,9	1,6	1,6
1102	Serviços de alojamento e alimentação	0,1	4,9	3,4	5,1	6,3
1103	Serviços prestados às empresas	(-) 3,3	6,4	(-) 0,3	7,4	7,2
1104	Educação mercantil	5,1	6,7	1,7	6,4	3,1
1105	Saúde mercantil	2,3	(-) 0,1	0,7	3,9	4,7
1106	Outros serviços	(-) 0,5	6,1	(-) 0,6	4,7	4,1
1201	Educação pública	1,3	2,1	3,3	4,7	(-) 1,1
1202	Saúde pública	7,6	4,6	3,5	(-) 0,0	4,1
1203	Administração pública e seguridade social	3,1	3,9	2,7	4,2	1,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela A3: Variação de preços do valor adicionado a preços básicos, segundo as classes e atividades - 2001-2005

Classes e atividades		Variação de preços do valor adicionado a preços básicos (%)				
		2001	2002	2003	2004	2005
Valor adicionado bruto		7,9	10,4	14,1	7,3	7,4
Agropecuária		10,1	18,3	21,8	3,7	(-) 9,0
0101	Agricultura, silvicultura, exploração florestal	10,6	23,3	22,4	3,7	(-) 14,0
0102	Pecuária e pesca	9,0	8,0	20,5	3,6	3,2
Indústria		7,0	12,0	17,4	13,6	5,3
0201	Petróleo e gás natural	(-) 3,4	1,0	22,9	18,8	47,8
0202	Minério de ferro	14,6	41,0	14,4	26,2	8,7
0203	Outros da indústria extrativa	(-) 7,2	20,7	6,4	24,3	(-) 4,1
0301	Alimentos e bebidas	16,8	1,6	20,5	20,7	5,1
0302	Produtos do fumo	16,8	0,5	(-) 13,5	(-) 3,5	(-) 9,9
0303	Têxteis	6,7	6,6	11,7	7,7	6,0
0304	Artigos do vestuário e acessórios	3,2	0,2	16,8	13,4	14,8
0305	Artefatos de couro e calçados	26,0	17,1	9,1	5,6	9,3
0306	Produtos de madeira - exclusive móveis	16,2	22,2	8,1	5,1	(-) 7,9
0307	Celulose e produtos de papel	(-) 9,9	7,8	27,2	3,5	(-) 23,5
0308	Jornais, revistas, discos	(-) 8,9	2,4	17,3	15,2	(-) 3,8
0309	Refino de petróleo e coque	(-) 29,0	7,4	365,0	(-) 35,0	17,8
0310	Alcool	2,6	27,3	38,9	(-) 29,1	10,6
0311	Produtos químicos	74,7	(-) 12,7	11,9	30,4	(-) 9,0
0312	Fabricação de resina e elastômeros	(-) 16,1	(-) 1,8	44,5	56,0	3,0
0313	Produtos farmacêuticos	(-) 3,6	7,9	15,9	4,9	17,2
0314	Defensivos agrícolas	23,0	24,4	(-) 24,1	229,3	(-) 41,0
0315	Perfumaria, higiene e limpeza	(-) 13,6	11,6	(-) 8,5	21,3	(-) 13,3
0316	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	33,4	6,7	13,0	5,4	27,5
0317	Produtos e preparados químicos diversos	30,3	24,0	15,0	5,8	(-) 3,4
0318	Artigos de borracha e plástico	10,9	16,3	38,6	13,2	10,1
0319	Cimento	11,2	34,7	64,2	(-) 28,7	(-) 37,4
0320	Outros produtos de minerais não-metálicos	11,0	8,0	16,1	15,7	5,3
0321	Fabricação de aço e derivados	(-) 8,7	40,8	28,1	76,7	(-) 9,4
0322	Metalurgia de metais não-ferrosos	10,4	30,0	15,3	1,4	8,3
0323	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	24,6	11,5	12,9	4,1	27,2
0324	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	19,2	9,6	16,1	(-) 4,7	2,7
0325	Eletrodomésticos	5,7	10,1	36,0	13,9	(-) 5,5
0326	Máquinas para escritório e equipamentos de informática	27,1	12,8	(-) 51,3	18,6	(-) 7,1
0327	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15,4	35,6	8,3	5,1	14,8
0328	Material eletrônico e equipamentos de comunicações	24,7	(-) 14,8	14,8	27,6	1,2
0329	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	9,2	6,2	9,3	1,6	12,8
0330	Automóveis, camionetas e utilitários	(-) 52,6	(-) 17,3	(-) 0,8	106,3	(-) 39,3
0331	Caminhões e ônibus	0,1	(-) 0,6	(-) 5,9	1,6	(-) 12,3
0332	Peças e acessórios para veículos automotores	16,1	11,5	8,9	22,8	16,9
0333	Outros equipamentos de transporte	25,2	22,6	(-) 6,8	(-) 18,5	14,5
0334	Móveis e produtos das indústrias diversas	9,4	12,1	9,3	6,5	8,2
0401	Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,0	22,2	14,8	18,4	5,6
0501	Construção	7,8	15,5	6,0	15,5	4,4
Serviços		8,2	9,0	11,9	4,9	10,1
0601	Comércio	10,4	8,3	20,9	9,7	8,1
0701	Transporte, armazenagem e correio	10,9	5,2	16,3	7,6	12,8
0801	Serviços de informação	0,9	10,5	12,6	14,0	9,8
0901	Intermediação financeira e seguros	23,5	22,0	15,1	(-) 10,3	27,4
1001	Serviços imobiliários e aluguel	(-) 1,0	4,6	5,2	2,7	4,8
1101	Serviços de manutenção e reparação	6,2	11,8	6,3	0,3	6,7
1102	Serviços de alojamento e alimentação	12,4	8,3	(-) 4,8	10,9	6,0
1103	Serviços prestados às empresas	6,3	7,5	17,3	6,2	5,7
1104	Educação mercantil	(-) 5,8	12,1	13,7	5,0	(-) 9,5
1105	Saúde mercantil	10,2	5,0	7,2	5,6	1,7
1106	Outros serviços	6,4	2,8	12,0	5,9	10,1
1201	Educação pública	5,1	14,1	6,9	(-) 2,4	14,4
1202	Saúde pública	0,8	17,7	8,6	15,1	2,0
1203	Administração pública e seguridade social	14,1	7,2	10,2	7,4	13,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela A4: Total de ocupações, por tipo de inserção no mercado de trabalho, segundo as classes e atividades - 2000-2005

(continua)

Atividades	Total de ocupações			
	Total	Tipo de inserção no mercado de trabalho		
		Com vínculo formal (1)	Sem vínculo formal	
		Sem carteira (2)	Autônoma (3)	
2000				
Total	78 972 347	30 128 220	18 632 805	30 211 322
01 Agropecuária	17 610 940	1 824 942	3 408 787	12 377 211
Indústria	15 401 694	6 260 565	3 707 798	5 433 331
02 Indústria extrativa mineral	235 884	114 574	65 971	55 339
03 Indústria de transformação	9 493 708	4 947 007	1 834 107	2 712 594
04 Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	342 196	241 486	100 710	-
05 Construção	5 329 906	957 498	1 707 010	2 665 398
Serviços	45 959 713	22 042 713	11 516 220	12 400 780
06 Comércio	12 435 525	5 241 146	2 047 748	5 146 631
07 Transporte, armazenagem e correio	3 229 429	1 352 581	584 683	1 292 165
08 Serviços de informação	1 256 520	408 096	419 787	428 637
09 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	841 210	649 403	145 306	46 501
10 Atividades imobiliárias e aluguel	547 615	202 010	134 445	211 160
11 Outros serviços	19 633 563	7 250 538	7 154 796	5 228 229
12 Administração, saúde e educação públicas	8 015 851	6 938 939	1 029 455	47 457
2001				
Total	79 544 414	31 856 056	18 477 753	29 210 605
01 Agropecuária	16 902 498	1 893 073	3 366 802	11 642 623
Indústria	15 302 635	6 449 237	3 539 958	5 313 440
02 Indústria extrativa mineral	234 885	119 366	63 147	52 372
03 Indústria de transformação	9 352 258	4 983 580	1 753 734	2 614 944
04 Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	357 267	260 866	96 401	-
05 Construção	5 358 225	1 085 425	1 626 676	2 646 124
Serviços	47 339 281	23 513 746	11 570 993	12 254 542
06 Comércio	12 766 045	5 807 071	1 989 541	4 969 433
07 Transporte, armazenagem e correio	3 337 218	1 444 488	591 658	1 301 072
08 Serviços de informação	1 248 402	389 922	424 796	433 684
09 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	856 978	663 145	147 039	46 794
10 Atividades imobiliárias e aluguel	551 053	206 714	136 049	208 290
11 Outros serviços	20 218 615	7 736 762	7 240 170	5 241 683
12 Administração, saúde e educação públicas	8 360 970	7 265 644	1 041 740	53 586
2002				
Total	82 629 067	32 931 074	19 274 531	30 423 462
01 Agropecuária	17 353 605	1 853 109	3 335 544	12 164 952
Indústria	15 850 088	6 552 191	3 582 069	5 715 828
02 Indústria extrativa mineral	248 402	123 963	61 497	62 942
03 Indústria de transformação	9 650 550	5 055 444	1 887 643	2 707 463
04 Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	342 419	279 946	62 473	-
05 Construção	5 608 717	1 092 838	1 570 456	2 945 423
Serviços	49 425 374	24 525 774	12 356 918	12 542 682
06 Comércio	13 545 847	6 087 778	2 197 871	5 260 198
07 Transporte, armazenagem e correio	3 528 838	1 488 907	598 798	1 441 133
08 Serviços de informação	1 315 897	371 790	486 967	457 140
09 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	886 177	680 298	156 791	49 088
10 Atividades imobiliárias e aluguel	544 114	240 649	124 524	178 941
11 Outros serviços	21 021 546	8 100 477	7 811 953	5 109 116
12 Administração, saúde e educação públicas	8 582 955	7 555 875	980 014	47 066

Tabela A4: Total de ocupações, por tipo de inserção no mercado de trabalho, segundo as classes e atividades - 2000-2005

(conclusão)				
Atividades	Total de ocupações			
	Total	Tipo de inserção no mercado de trabalho		
		Com vínculo formal (1)	Sem vínculo formal	
		Sem carteira (2)	Autônoma (3)	
2003				
Total	84 034 981	34 102 742	19 028 362	30 903 877
01 Agropecuária	17 660 548	1 942 650	3 431 783	12 286 115
Indústria	16 002 247	6 755 310	3 433 288	5 813 649
02 Indústria extrativa mineral	252 584	128 428	57 932	66 224
03 Indústria de transformação	9 984 712	5 285 760	1 822 285	2 876 667
04 Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	355 649	288 069	67 580	-
05 Construção	5 409 302	1 053 053	1 485 491	2 870 758
Serviços	50 372 186	25 404 782	12 163 291	12 804 113
06 Comércio	13 944 252	6 228 147	2 212 131	5 503 974
07 Transporte, armazenagem e correio	3 570 817	1 520 700	624 470	1 425 647
08 Serviços de informação	1 399 560	428 775	478 943	491 842
09 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	919 422	705 903	161 653	51 866
10 Atividades imobiliárias e aluguel	545 467	241 123	117 918	186 426
11 Outros serviços	21 195 531	8 481 675	7 611 085	5 102 771
12 Administração, saúde e educação públicas	8 797 137	7 798 459	957 091	41 587
2004				
Total	88 252 473	35 964 746	20 401 954	31 885 773
01 Agropecuária	18 873 744	2 199 921	3 567 033	13 106 790
Indústria	17 067 388	7 724 412	3 639 314	5 703 662
02 Indústria extrativa mineral	274 130	142 393	58 225	73 512
03 Indústria de transformação	10 809 822	6 031 648	1 937 925	2 840 249
04 Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	369 777	290 252	79 525	-
05 Construção	5 613 659	1 260 119	1 563 639	2 789 901
Serviços	52 311 341	26 040 413	13 195 607	13 075 321
06 Comércio	14 189 080	6 325 406	2 327 833	5 535 841
07 Transporte, armazenagem e correio	3 658 359	1 572 532	623 747	1 462 080
08 Serviços de informação	1 444 505	476 142	491 450	476 913
09 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	906 909	711 649	147 272	47 988
10 Atividades imobiliárias e aluguel	534 466	238 185	117 444	178 837
11 Outros serviços	22 441 899	8 663 135	8 435 804	5 342 960
12 Administração, saúde e educação públicas	9 136 123	8 053 364	1 052 057	30 702
2005				
Total	90 905 673	37 436 349	20 547 657	32 921 667
01 Agropecuária	18 980 620	2 204 714	3 575 237	13 200 669
Indústria	18 194 779	8 179 462	3 583 525	6 431 792
02 Indústria extrativa mineral	275 704	154 530	44 088	77 086
03 Indústria de transformação	11 673 764	6 395 345	1 891 548	3 386 871
04 Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	372 432	302 770	69 662	-
05 Construção	5 872 879	1 326 817	1 578 227	2 967 835
Serviços	53 730 274	27 052 173	13 388 895	13 289 206
06 Comércio	14 799 874	6 726 238	2 399 090	5 674 546
07 Transporte, armazenagem e correio	3 791 040	1 726 025	615 094	1 449 921
08 Serviços de informação	1 558 030	506 173	531 135	520 722
09 Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	919 809	708 667	161 924	49 218
10 Atividades imobiliárias e aluguel	568 907	256 030	123 838	189 039
11 Outros serviços	22 792 031	9 034 003	8 396 776	5 361 252
12 Administração, saúde e educação públicas	9 300 583	8 095 037	1 161 038	44 508

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Ocupação com vínculo formal: ocupações com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares e empregadores de empresas formais. (2) Ocupação sem carteira: ocupações sem carteira de trabalho assinada. (3) Ocupação autônoma: ocupações por conta própria, empregadores de unidades e trabalho não remunerado.